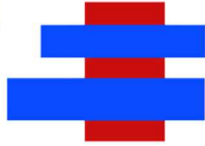


Fernando Peixinho, José Lima & Associado - SROC, Lda.



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EM

31 de dezembro de 2023

FUNDAÇÃO CÔA PARQUE

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EXTERNA

Ex.^{mos} Conselho de Fundadores

Ex.^{ma} Conselho de Administração da Fundação Côa Parque

Ex.^{mos} Senhores

Introdução

O presente relatório é emitido nos termos das funções previstas na alínea f) do n.º 3 do art.º 53.º da Lei n.º 67/2021, de 25 de agosto (Lei Quadro das Fundações) conjugada com a legislação comercial, designadamente o previsto nos artigos 420.º, 420.º-A e 421.º do Código das Sociedades Comerciais, no cumprimento dos deveres de revisão/auditoria às contas da Fundação, o qual inclui o acompanhamento, verificação e fiscalização de atos e contratos relacionados com a atividade financeira da Fundação e, subsidiariamente, tendo em atenção as disposições insertas no Estatuto do Revisor Oficial de Contas, consubstanciado na Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro.

Âmbito

Procedemos à revisão legal dessa entidade ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas.

Trabalhos Efetuados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- a) Acompanhamento dos aspetos essenciais da gestão da entidade, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com a responsável pela contabilidade da Fundação Côa Parque, apesar da muito difícil e intempestiva envio dos documentos solicitados.
- b) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela entidade tendo, neste particular, sido feitos testes à valorização dos diferentes elementos do ativo. Verificámos, ainda, a sua adequada divulgação, ou não, no Anexo.
- c) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras, com as normas constantes no Plano de Contabilidade Pública e demais normas contabilísticas aplicáveis.

- d) Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efetuadas.
- e) Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efetuadas.
- f) Análise do sistema de controlo interno existente na entidade, com especial incidência nas áreas de aquisições de bens e serviços, receção de compras, aquisições e abates de imobilizado, contas a pagar, vendas e prestações de serviços, contas de custos com o pessoal tendo sido efetuados os testes de conformidade apropriados.
- g) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos:
- Analisámos e realizámos testes às reconciliações bancárias apresentadas pela entidade;
 - Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores, outros devedores e credores, advogados e seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela entidade, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;
 - Inspeção documental dos principais elementos do imobilizado corpóreo, designadamente das aquisições efetuadas no decurso do exercício, confirmação direta da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais;
 - Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
 - Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
 - Verificação das situações relacionadas com o cumprimento da legalidade e da entrega das retenções de impostos e contribuições às Entidades competentes;
- h) Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros;
- i) Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de empreitadas, fornecimentos de bens e serviços e à assunção da despesa.

Sistema de controlo interno

Do acompanhamento que fizemos quanto à evolução do sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

- a) As reconciliações bancárias não são elaboradas tempestivamente e existem itens pendentes sem a devida justificação para a sua origem. Segundo informação dada pela Conselho Diretivo, foi pedido apoio à Presidência do Conselho de Ministros (PCM) para mitigar esta lacuna apesar de, até à data deste relatório, não ter chegado ao nosso conhecimento a evolução quanto à tempestividade e regularidade deste procedimento;
- b) A Entidade tem um modelo de governação assente num Conselho Diretivo, composto por quatro elementos sendo a sua presidente administradora executiva e os outros três membros não executivos. Tem ainda um órgão de fiscalização, preenchido por um Fiscal Único que se trata de uma sociedade de revisores oficiais de contas que, simultaneamente, audita as contas e emite a correspondente certificação legal das contas, o relatório e parecer do fiscal único, o relatório anual das conclusões e recomendações da auditoria e o relatório semestral de evolução económico-financeira.
- c) Tal como já referido anteriormente, a Entidade tem receitas diárias da bilheteira e da loja e há uma prática implementada que consiste na conferência da receita da loja pela pessoa da bilheteira e na conferência da receita da bilheteira pela pessoa da loja. De acordo com a nossa análise é fundamental que as vendas da loja estejam articuladas com a movimentação dos artigos em stock, para que possa haver concordância entre as entradas e saídas e os valores em stock.
- d) Tal como já referido no ano anterior, o controlo contabilístico apresenta deficiências nos procedimentos de contabilização em várias rúbricas o que nos leva a sugerir que seja feita uma revisão da relevação contabilística, com periodicidade mensal, de modo a evitar erros que possam ter efeitos colaterais, designadamente em matéria tributária, como adiante assinalamos. Tal como já referido é muito pouco funcional a relação com a PCM, no que se refere à ao processamento e obtenção da informação financeira, e as obrigações de reporte a que a Fundação está obrigada não são cumpridas de acordo com os calendários estipulados, como ocorreu em relação ao envio dos mapas previsionais para o Tribunal de Contas.
- e) Relativamente às operações de especialização de gastos e rendimentos, à semelhança do referido no ano anterior, continua a verificar-se a existência de erros de estimativa em relação aos custos com pessoal (férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais) e, em relação aos subsídios de investimento, mantêm-se as situações relatadas no ano anterior, uma vez que não existem dossiês de suporte aos investimentos realizados com apoio de subsídio, de modo a poder controlar a imputação sistemática dos proveitos originados com os subsídios, em articulação com o plano de amortizações desses ativos.
- f) Os inventários é uma das áreas onde se detetaram fragilidades nos controlos, uma vez que no período de um ano (2020-2021 e 2021-2022) não houve qualquer variação nos inventários (contabilística), apesar de ter havido o registo de vendas sem ter havido qualquer registo em compras. Torna-se, por isso, indispensável a implementação de um sistema de controlo dos inventários, assim como das compras e

das vendas, para que haja correspondência entre os diferentes fluxos. Mais uma vez se sublinha a necessidade de a Fundação dispor de um *back office* que lhe permita ter atempadamente os registos e o controlo desses factos patrimoniais.

- g) Reiteramos que o controlo do ativo fixo tangível e dos bens de domínio público requer que o cadastro seja atualizado e articulado com os documentos da contabilidade, que permita obter toda a informação pertinente em relação aos elementos que o compõem, quer em relação à sua existência, condições de funcionamento, amortizações/depreciações e a consistência das políticas contabilísticas de reconhecimento e mensuração das suas variações. Apesar de termos tido conhecimento de um trabalho encomendado e feito pela Delloite, em 2020, não foram feitos desenvolvimentos para que a informação financeira sobre estes elementos patrimoniais fosse atualizada de forma fidedigna.
- h) Tal como referido no ano anterior, existe no património da Fundação uma biblioteca, com um espólio de livros doados que, apesar de estarem catalogados, não estão valorizados. Tal valorização deverá ser feita através da intervenção de um especialista (Curador) face ao facto de tais ativos terem valor e deverem ser adequadamente cadastrados e mensurados.
- i) Tal como já anteriormente salientado, relativamente aos gastos com pessoal o processamento é feito em Lisboa na aplicação GERFIP, mediante o envio dos mapas de assiduidade do pessoal. O recurso a trabalho suplementar (horas extraordinárias) carece de um despacho dado no início do ano para os trabalhadores abrangidos por necessidade de prestação de trabalho extraordinário. Caso seja necessário acrescentar algum trabalhador é necessário um novo despacho. No nosso entender parece-nos mais adequado que a autorização de trabalho extraordinário, sem prejuízo de haver uma programação anual, seja decidida por proposta de um diretor de departamento ou chefe de secção para ser apreciada e despachada pela Presidente do Conselho Diretivo.

Definição da Materialidade

A materialidade constitui um elemento estratégico fundamental para o trabalho de auditoria, uma vez que define os erros e omissões toleráveis e que, no juízo profissional do auditor, não afetam com impacto relevante as demonstrações financeiras. Com efeito, o risco de auditoria é o risco de o auditor dar uma opinião inapropriada sobre as demonstrações financeiras, o qual se consubstancia na não deteção de erros, omissões ou fraudes de impacto material relevante.

O nosso trabalho foi planeado de acordo com as ISA's 320 e 450, com base na avaliação de um risco global de controlo médio/alto, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco de controlo global, ou seja, há áreas com menor risco de controlo do que outras. Tivemos ainda em consideração grande instabilidade provocada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia e de Israel com os movimentos da Palestina, a que se associam alterações profundas na geopolítica mundial, conjugadas com a introdução de

tarifas aduaneiras pelas principais economias do mundo, tem-se traduzido em níveis de incerteza e instabilidade, com repercussão na atividade do comércio.

Assim, tendo por base os valores retirados das Demonstrações Financeiras de 2022, ajustámos a **materialidade global em € 95.433,55 e a materialidade de execução em € 81.118,52** isto em relação às rubricas de maior expressão (Imobilizado, transferências e subsídios correntes obtidos).

Balanço

Rubricas	31-12-2023	31-12-2022	Desvio
ATIVO			
Ativo não corrente	734 805,06	755 629,56	- 20 824,50
Ativos fixos tangíveis	720 431,68	728 221,51	- 7 789,83
Propriedades de investimento	-	-	-
Ativos intangíveis	14 373,38	27 408,05	- 13 034,67
Participações financeiras	-	-	-
Ativo corrente	1 748 635,70	1 754 137,71	- 5 502,01
Inventários	46 742,58	46 742,58	-
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	-	-	-
Clientes, contribuintes e utentes	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	-	-
Outras contas a receber	265 827,38	233 337,29	32 490,09
Diferimentos	-	-	-
Caixa e depósitos	1 436 065,74	1 474 057,84	- 37 992,10
Total Ativo	2 483 440,76	2 509 767,27	- 26 326,51
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido	2 245 320,90	2 285 727,45	- 40 406,55
Património/Capital	500 000,00	500 000,00	-
Reservas	-	-	-
Resultados transitados	1 785 727,45	1 340 835,11	444 892,34
Outras variações no património líquido	-	-	-
Resultado líquido do período	- 40 406,55	444 892,34	- 485 298,89
Total Património Líquido	2 245 320,90	2 285 727,45	- 40 406,55
PASSIVO			
Passivo não corrente	-	-	-
Provisões	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-
Passivo corrente	238 119,86	224 039,82	14 080,04
Fornecedores	24 101,09	-	24 101,09
Estado e outros entes públicos	62 578,52	55 333,03	7 245,49
Fornecedores de investimentos	-	-	-
Outras contas a pagar	23 249,94	29 673,54	- 6 423,60
Diferimentos	128 190,31	139 033,25	- 10 842,94
Total Passivo	238 119,86	224 039,82	14 080,04
Total Património Líquido e Passivo	2 483 440,76	2 509 767,27	- 26 326,51

Com relação à situação patrimonial/financeira da Fundação assinalamos os seguintes aspetos:

- a) Há uma diminuição do património líquido decorrente do resultado líquido apurado ter sido negativo em € 40.406,55;
- b) Os indicadores de solvabilidade e de autonomia financeira mantiveram-se em relação ao período anterior;
- c) Admitimos que o ativo se possa encontrar subvalorizado, dada a invariabilidade dos inventários constantes no balanço de 2022 e 2023.

Notas sobre os trabalhos efetuados e respetivas conclusões

1 – Disponibilidades

11 – Caixa

Em relação ao “Caixa”, o qual apresenta em 31 de dezembro de 2023 um saldo de € 700,00, dos testes realizados anotamos o seguinte:

No decorrer do exercício de 2023 apenas se verifica um movimento contabilístico reconhecido em 31 de dezembro de 2023. Tendo a entidade diversos pontos de receção de venda, quer de bilhetes, quer de artigos, não é plausível não existir movimentos contabilísticos ao longo do exercício económico.

Face ao exposto acima não estamos habilitados para formar uma opinião sobre a adequabilidade do saldo apresentado na rubrica “11- Caixa”, apesar da sua baixa expressão material.

12/13 – Depósitos em Instituições Financeiras

Relativamente aos “depósitos em instituições financeiras”, cujo saldo apresenta, em 31 de dezembro de 2023, o valor de € 1.436.065,74, pese embora a equipa de auditoria ter solicitado as reconciliações bancárias, não nos foram facultadas, não nos sendo possível formar opinião sobre a conformidade da reconciliação bancária, em particular de eventuais itens pendentes. De acordo com a informação que nos foi facultada as referidas reconciliações encontram-se em fase de alteração/elaboração, não obstante a sua manifesta intempestividade.

Da correlação entre os saldos expressos na contabilidade e os saldos que constam nos extratos das instituições financeiras apuramos um desvio de € 381.314,53 conforme quadro abaixo, para o qual não temos

Entidade	CTB	Banco	Desvio
CGD	26 407,39 €	22 808,77 €	- 3 598,62 €
IGCP	1 146 545,14 €	1 531 458,29 €	384 913,15 €

evidência, face ao facto de não nos terem sido disponibilizadas as correspondentes reconciliações bancárias.

2 – Terceiros (Contas a receber e a pagar)

22 – Fornecedores

Esta rubrica apresenta a 31 de dezembro de 2023 o saldo de € 24.101,09. Apesar do saldo não ser materialmente relevante não nos foi possível obter a evidência considerada necessária sobre a sua razoabilidade, valor que advém do exercício anterior.

Chamamos a atenção para a necessidade de os serviços de contabilidade da entidade procederem com carácter trimestral à reconciliação de fornecedores, com o objetivo de identificar e mitigar eventuais erros/faltas de documentos.

24 - Estado

Esta rubrica inclui as relações financeiras da entidade, Caixa Geral de Aposentações, ADSE e a Segurança Social, nomeadamente, no que concerne à retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações.

Em relação às rubricas referentes à conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos anotamos as seguintes situações:

- **“A rubrica “2421100000 – IRS-A “em 31 de dezembro de 2023 apresenta um saldo credor de € 4.528,00 originando uma diferença, para mais, no valor de € 764,00, face ao montante constante na guia de retenção do mês de dezembro.**
- **“A rubrica “2436000003 – IVA a Pagar “em 31.12.2023 apresenta um saldo credor de € 121,20 originando uma diferença, para menos, no montante € 4.707,62, face ao valor constante na declaração de IVA do 4T.**
- **“A rubrica 2452 - CGA” apresenta em 31 de dezembro de 2023 um saldo nulo. Todavia, verificamos que o pagamento, no montante de € 8.944,28, apenas se verificou em 08 de janeiro de 2024, originando uma subvalorização do passivo nesse montante.**
- **“A rubrica 2453100000 EOEP-SS” apresenta em 31 de dezembro de 2023 um saldo credor de € 48.066,05. Todavia dos testes de detalhe realizados pela equipa de auditoria verificamos um plano prestacional cujo montante em divida, em 31 de dezembro de 2023, ascendida a € 7.303,47 e contribuições referentes ao mês de dezembro de 2023, a liquidar em janeiro de 2024, no montante de € 3.647,87. Tal situação origina uma sobrevalorização do passivo no montante de € 37.114,71.**

25 – Devedores e Credores pela Execução do Orçamento

Em relação à conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, procedemos à verificação documental baseada numa amostra considerada significativa a processos de despesa, ou seja, o nosso

trabalho incidu na verificação da rubrica 25.2 – Credores pela execução do orçamento. O trabalho realizado nesta área baseou-se, essencialmente, na verificação da classificação económica, patrimonial e de todo o processo que acompanha a realização da despesa, nomeadamente, no que se refere à sua autorização, ao seu cabimento e compromisso.

Da análise documental efetuada não verificámos situações de incumprimento procedimental e processual no que concerne às diversas fases da despesa.

27 - Acréscimos e Diferimentos

273 - Acréscimos de custos

Em 31 de dezembro de 2023 apresenta um saldo de € 4.953,24 relativamente aos encargos com férias (montantes correspondentes ao mês de férias e ao subsídio de férias, acrescidos dos respetivos encargos sociais). Todavia, dos testes de detalhe realizados pela equipa de auditoria verificamos um desvio, para menos, no montante de € 47.292,45 face à estimativa/reconhecimento efetuado pela entidade.

2745 – Proveitos diferidos subsídios para investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 apresenta um saldo de € 131.747,85, sobre o qual, não obstante terem sido desenvolvidos procedimentos alternativos de verificação da adequabilidade do seu reconhecimento como proveito no exercício, de acordo com a especialização do processo de depreciações dos imobilizados adquiridos com esses subsídios a equipa de auditoria de não obteve prova suficiente para formar opinião sobre a razoabilidade dos valores considerados.

2749 – Proveitos diferidos - outros

Em 31 de dezembro de 2023 apresenta um saldo credor de € 1.395,70. sobre o qual, pese embora tenham sido desenvolvidos procedimentos alternativos de verificação da adequabilidade do seu reconhecimento, não nos foi possível obter a evidência considera necessária ao nível da asserção existência.

3 – Existências

Esta rubrica apresenta em 31 de dezembro de 2023 o valor de € 46.742,58. Dos testes alternativos e de detalhe realizados pela equipa de auditoria anotamos os seguintes aspetos:

- O saldo apresentado no balanço de 2023 é o mesmo apresentado em 2020, 2021 e 2022;
- No decorrer do exercício de 2023 não se verificaram registos contabilísticos nas rubricas de compras;
- Dos testes realizados verificamos a venda de produtos adquiridos à consignação sem que estejam reconhecidos contabilisticamente na rubrica de compras.

- Da correlação entre o inventário que nos foi reportado e o saldo apresentado no balanço apuramos um desvio, para menos, de € 7.984.73.

Face ao acima descrito a equipa de auditoria não se encontra habilitada para considerar como verificada a asserção mensuração.

4 – Imobilizado

42- Imobilizado Corpóreo

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 apresenta um saldo líquido de € 488.891,86. Em relação ao imobilizado corpóreo verificámos as aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte, assim como as transferências/correções de imobilizado.

Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como verificada a asserção da mensuração.

43- Imobilizado Incorpóreo

Em relação ao imobilizado incorpóreo no decurso do exercício de 2023 apenas se verificou o reconhecimento das depreciações no montante de € 13.034,67. Desconhecemos se foi feita a aquisição de elementos patrimoniais no âmbito desta rubrica.

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2023 apresenta um saldo líquido de € 14.373,38.

45 – Bens de Domínio Publico

Relativamente ao Bens de Domínio publico, não se verificaram registos no decurso do exercício de 2023, apresentando um saldo de € 231.539,82. Não obstante, chamamos atenção para o facto desta rubrica apresentar o mesmo saldo de 2022, ou seja, não foram reconhecidas as amortizações por se tratar de bens de património histórico e artístico e cultural, ou seja, não são objeto de depreciação.

Amortizações

Procedemos à realização do teste às depreciações do exercício realizando a correlação entre a aplicação de contabilidade e a aplicação de gestão do Património. Dos testes efetuados não foi detetada nenhuma divergência material. Do teste realizado às taxas de depreciação e, conseqüentemente, às depreciações do período não verificamos qualquer distorção.

5 – Fundos Próprios

Nas rubricas de Fundos Próprios não se verificaram registos contabilísticos no decorrer de 2023. No que respeita à conta “59 – Resultados Transitados”, verificámos a aplicação de resultados de 2022 no montante de € 444.892,34.

6 / 7 – Custos e Proveitos

1. Conteúdo

Rubrica	31-12-2023	31-12-2022	Desvio %	Desvio €
Vendas	64 750,93	39 773,04	63%	24 977,89
Prestações de serviços e concessões	325 852,56	247 938,22	31%	77 914,34
Proveitos Suplementares	37 537,45	351 489,72	-89%	313 952,27
Transferências e subsídios correntes obtidos	1 240 430,62	1 213 549,52	2%	26 881,10
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-	#DIV/0!	-
Fornecimentos e serviços externos	- 921 934,98	- 736 367,42	25%	185 567,56
Gastos com pessoal	- 685 632,50	- 654 018,91	5%	31 613,59
Transferências e subsídios concedidos	- 26 847,89	- 11 460,65	134%	15 387,24
Outros rendimentos	33 552,72	117 295,98	-71%	83 743,26
Outros gastos	-	1 196,62	-100%	1 196,62
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	67 708,91	567 002,88	-88%	499 293,97
	-	-	-	-
Gastos/reversões de depreciação e amortização	- 108 115,46	- 121 632,68	-11%	13 517,22
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	40 406,55	445 370,20	-109%	485 776,75
	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	477,86	-100%	477,86
Resultado antes de impostos	40 406,55	444 892,34	-109%	485 298,89
	-	-	-	-
Resultado líquido do período	40 406,55	444 892,34	-109%	485 298,89

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao ano anterior e, em função dessa análise, procedemos à verificação e análise dos principais documentos de suporte (amostra seletiva) e a recolha de amostras aleatórias sobre os restantes registos, de modo a obtermos a evidência julgada necessária nas circunstâncias.

3. Situações Detetadas

Dos testes realizados às diferentes rubricas de gastos do exercício de 2023 não foram detetados erros ou distorções que possam influenciar, de forma materialmente relevante, as demonstrações financeiras. Em resultado dos testes realizados entendemos nada haver a relatar permitindo-nos aferir sobre as asserções existência e mensuração. Em termos globais, a rubrica de custos registou um aumento, face ao período homólogo de 2022, no montante de € 217.376,69, ou seja, 14 %. Sendo que € 185.567,56 dizem respeito ao aumento registado na rubrica “62 – Fornecimentos e serviços externos”.

Relativamente às rubricas de proveitos, dos testes realizados não foram detetados erros ou distorções que possam influenciar, de forma materialmente relevante, as demonstrações financeiras. Em termos globais a rubrica de proveitos registou um decréscimo, face ao período transato, no montante de € 267.922,20, devendo-se essencialmente ao decréscimo de Proveitos Suplementares.

Análise à Execução Orçamental

À data de 31 de dezembro de 2023 a execução orçamental correspondia, genericamente, aos seguintes valores:

- Em relação ao controlo orçamental da receita verifica-se que a execução global da receita foi de 68,56%; e
- Em relação ao controlo orçamental da despesa verifica-se que a execução global da despesa ficou aquém do orçamentado, com uma execução de, apenas, 68,53%.

E-Fatura vs. SNC-AP

24 - Estado (valores em Euros)

243 - Imposto sobre o Valor Acrescentado

Teste a correlação entre dados comunicados via E-fatura vs Declarações periódicas de IVA

Dados E-fatura			Declaração Periódica de IVA			Desvio	
Período	Valor do IVA	Valor Total	Valor do IVA	Base	Valor Total	IVA	Valor Total
Janeiro	652,30	8 787,71	2 625,94	57 112,17	59 738,11	-	-
Fevereiro	868,44	21 895,78					
Março	1 105,20	29 054,62					
Abril	1 385,17	60 109,75	4 264,50	142 907,13	147 171,63	-	-
Maiο	1 571,91	47 485,24					
Junho	1 307,42	39 576,64					
Julho	1 485,31	47 700,90	4 998,59	169 024,86	174 023,45	-	1,00
Agosto	1 855,84	76 077,20					
Setembro	1 657,44	50 244,35					
Outubro	1 527,65	43 089,71	5 546,85	92 710,40	98 257,25	0,08	0,05
Novembro	393,20	20 591,69					
Dezembro	3 625,92	34 575,80					
	17 435,80	479 189,39	17 435,88	461 754,56	479 190,44	0,08	1,05

Dos testes de correlação entre as declarações periódicas de IVA e a informação reportada via E-fatura para Autoridade Tributaria verificámos as diferenças acima identificadas. Não obstante, em termos de IVA liquidado, as diferenças serem de reduzido valor, já em relação aos montantes faturados as diferenças são de elevado valor.

Análise económico-financeira

No quadro referente à variação dos custos e dos proveitos no período de 2022/2023, são de referir os seguintes aspetos:

- Em relação ao exercício de 2023 a entidade registou uma diminuição de € 267.922,20 no total dos proveitos, essencialmente decorrente na diminuição da rubrica de “Prestações de serviços”;
- Relativamente aos gastos verifica-se um acréscimo global de € 217.376,69, ou seja, verifica-se uma evolução desfavorável da conta de exploração, corroborado pelo resultado líquido negativo de € 40.406,55, nos quais os F.S.E tiveram um acréscimo de € 185.567,56 e os gastos com o pessoal um aumento de € 31.613,59;
- É, ainda, de relevar o facto da rubrica de custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas se encontrar por calcular originando uma sobrevalorização dos resultados. Todavia, à equipa de auditoria não foi possível estimar o referido efeito pelo facto de não se encontrarem reconhecidas contabilisticamente as compras de inventários.

Conclusões

No decorrer do trabalho efetuado, não detetámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, salvo os aspetos já referidos em relação às leis aplicáveis.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pela entidade, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o presente Relatório, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da Fundação do Côa.

Bragança, 11 de abril de 2025



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho, José Lima & Associado, SROC, Lda.